

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.793.227 - TO (2019/0017409-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : **JOAO GOMES MARIANO**  
**ADVOGADO** : **KÁSSIO COSTA DO NASCIMENTO SILVA E OUTRO(S) -**  
**GO034198**  
**RECORRIDO** : **COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE**  
**PARAISO DO TOCANTINS E REGIAO LTDA**  
**ADVOGADO** : **LUIZ CARLOS LACERDA CABRAL E OUTRO(S) - TO000812**

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. COMPENSAÇÃO. AUSÊNCIA DE CERTEZA E LIQUIDEZ. SÚMULA 7/STJ. REVISÃO. NECESSIDADE DE ANÁLISE DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULA 5/STJ. PEDIDO ALTERNATIVO. SÚMULA 7/STJ. OFENSA A ENUNCIADO DE SÚMULA. ÓBICE DA SÚMULA 518/STJ. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por João Gomes Mariano, desafiando decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, manejado, por seu turno, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Tocantins assim ementado (e-STJ, fl. 185):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO COM CLÁUSULA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. DOMÍNIO E POSSE DO VEÍCULO AO BANCO CREDOR. PURGAÇÃO DA MORA POR MEIO DE COMPENSAÇÃO DO DÉBITO ORIUNDO DA CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO COM QUOTAS DO COOPERADO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE.

A purgação da mora na Ação de Busca e Apreensão de veículo (TOYOTA, modelo: HILUX CD 4x4 - SRV, cor: CINZA, ANO/MODELO 2012/2012), objeto do contrato de Cédula de Crédito Bancário com cláusula de alienação fiduciária, não pode ser feita por meio de compensação, definida no artigo 368 do Código Civil Brasileiro, com quotas do cooperado de Cooperativa de Crédito, pois devida apenas nas hipóteses de eliminação ou exclusão do quadro social da credora e ou a critério único e exclusivo da credora, o que não ocorreu no caso em análise, já que nos autos inexistem provas acerca da ocorrência de tais hipóteses.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do especial, o agravante alegou violação aos arts. 1.022, II, do CPC/2015; 368 e 369 do CC; 51 do CDC; e Súmula 297 do STJ, ao argumento de negativa de prestação jurisdicional quanto à modalidade de compensação legal/obrigatória, tendo em vista o preenchimento dos requisitos objetivos para sua concessão.

Aduziu a abusividade da cláusula contratual que condiciona a compensação à vontade do credor.

Contrarrazões apresentadas às fls. 257-262 (e-STJ).

Admitido o recurso especial na origem, os autos ascenderam a esta Corte.

Brevemente relatado, decido.

O cerne da questão cinge-se à possibilidade de compensação entre o saldo existente na conta-corrente do recorrente, referente às quotas integralizadas de capital social, e o débito do contrato de financiamento com cláusula de alienação fiduciária.

Quanto à alegação de violação do art. 1.022 do CPC/2015, é preciso deixar claro que o acórdão recorrido resolveu as questões deduzidas no processo satisfatoriamente, sem incorrer nos vícios de obscuridade, contradição ou omissão com relação a ponto controvertido relevante, cujo exame pudesse levar a um diferente resultado na prestação de tutela jurisdicional.

No presente caso, o Tribunal de origem, ao manter a decisão que indeferiu o pedido de compensação legal, assim se manifestou (e-STJ, fls. 180-181, sem grifo no original):

Ao contrário do que afirma o apelante, o magistrado singular analisou, fundamentou e julgou o pedido de compensação feita na peça de defesa apresentada pelo ora apelante, contudo, entendeu não ser possível deferir tal compensação. Veja a fundamentação utilizada pelo magistrado singular:

'[...] No que toca à tese de compensação aventada pelo requerido devedor, calha destacar que não merece prosperar. É o que, o extrato lançado no evento 10, EXTR4 não comprova o pagamento integral da dívida, bem ainda que a notificação expedida pelo requerido JOÃO GOMES MARIANO em desfavor da instituição credora COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PARAÍSO DO TOCANTINS E REGIÃO LTDA - SICOOB/CREDIPAR não obriga e nem vincula a credora a compensar os supostos

valores que estariam na conta corrente do autor para pagamento integral da dívida.

Malgrado o requerido JOÃO GOMES MARIANO tenha elencado diversos dispositivos do Código Civil e até mesmo de Resolução do Banco Central do Brasil, a meu sentir, exigir da instituição financeira que utilize de valores supostamente existentes e pertencentes ao requerido para adimplir o encargo que, exclusivamente, lhe incumbe, não me parece razoável.

Demais disso, manifestando sobre os argumentos deduzidos pelo requerido na contestação, a instituição credora, ora autora, foi incisiva ao afirmar que: "...o requerido altera a verdade dos fatos e usa o processo para conseguir objetivo ilegal com o fim de obter vantagens ilícitas. Diz-se, em especial no que concerne em querer que prevaleça assertivas inverídicas quando afirma que possui crédito junto a cooperativa credora relativa às COTAS -PARTES integralizadas, quando na verdade para o levantamento/resgate das mesmas deve ser emanadas de procedimentos próprios previstos no Estatuto da Cooperativa. Dentre eles, prestação de contas findo o exercício, etc. Ademais, para vosso conhecimento, o requerido é devedor de R\$ 233.018,64 (Duzentos e quarenta e quatro mil dezoito reais e sessenta e quatro centavos), para a cooperativa/autora, que já é objeto de ação judicial - Ação de execução de título extrajudicial - processo nº 0003174-52.2017.827.2731 em trâmite por esta Vara e juízo. Exclusive, as custas judiciais iniciais, atualização do período e honorários advocatícios. Ou seja, suplanta em muito a integralização de cotas argüidas pelo devedor. Por outro lado, todos os procedimentos legais foram seguidos pela cooperativa de crédito credora, até culminar com a ação de busca e apreensão. Tudo já acostado aos autos."

Nesse jaez, entrelançando-se os argumentos formulados pelas partes, quando menos, **há incertezas/dúvidas sobre o hipotético saldo devedor que seria hábil a compensar o débito do requerido em favor do pagamento da dívida integralmente vencida.**

Por essa razão, forçoso, concluir-se que o requerido fora constituído em mora (evento 1, NOTIFICAÇÃO5) e que não adimpliu voluntária e integralmente a dívida vencida, mormente pela inexistência concreta e incontroversa dos valores a serem compensados.

Com efeito, imperioso se faz acrescentar que a previsão contida na cláusula 13ª da CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO N° 40306-3 (evento 1 - TIT-EXEC-EXTRAJUD3, página 6 de 8) aplica-se a compensação, exclusivamente, na hipótese de eliminação ou exclusão do quadro social da credora.

*Cláusula décima terceira. ore(s) EMITITENTE(S) autoriza(m), em caráter irretratável e irrevogável, na hipótese de eliminação ou exclusão do quadro social da CREDORA, a compensação, definida pelo artigo 368, do código civil brasileiro, entre o crédito representado pelas quotas partes de seu capital social perante a CREDORA e o saldo devedor final*

*da presente operação, caso em que as obrigações do(s) EMITENTE(S) perante a mesma perdurará(ão) até a aprovação das contas relativas ao exercício em que se der o desligamento do(s) EMITENTE(S) do quadro social da CREDORA.*

Já a cláusula 14' (evento 1 - TIT-EXEC-EXTRAJUD3, página 6,7 e 8) é aplicável exclusivamente a critério único da credora e pelo que se denota da manifestação contida no evento 11, a credora não vislumbra ou não tem o interesse em possibilitar a compensação, senão, veja-se:

*Cláusula décima quarta. O(s) EMITENTE(S) autoriza(m) ainda, em caráter irrevogável e irretratável, a critério único e exclusivo da CREDORA, a compensação, definida pelo artigo 368, do código civil brasileiro, entre os créditos, vencidos e vincendos, de sua titularidade, perante a CREDORA ou entidades a ela vinculadas, representado por títulos e valores mobiliários, contratos de repasse e financiamento, certificados e recibos de depósitos bancários, além de outros créditos porventura existentes, e o saldo devedor final da presente operação, caso em que as obrigações do(s) EMITENTE(S) perante a mesma perdurará(ão) até a aprovação das contas relativas ao exercício em que se der o desligamento do(s) EMITENTE(S) do quadro social da CREDORA. [...]" (Evento 13 - SENT1 dos autos originários)*

Da leitura das cláusulas 13ª e 14ª da Cédula de Crédito Bancário nº 40306- 3 constante do EVENTO 1 - TIT-EXEC-EXTRAJUD3 dos autos originários, denota-se ser possível a compensação definida pelo artigo 368 do Código Civil Brasileiro, nas hipóteses de eliminação ou exclusão do quadro social da credora e ou a critério único e exclusivo da credora, o que não ocorreu no caso em análise, já que nos autos inexistem provas acerca da eliminação ou exclusão do quadro social da cooperativa credora, e a esta em sua petição constante do Evento 11 - PET1 dos autos originários deixa claro não aceitar a compensação, portanto, impossível a compensação pretendida pelo apelante.

Posto isso, conheço do presente recurso de Apelação e, no mérito, nego-lhe provimento para manter incólume a sentença que ação de Busca e Apreensão nº 0004625-15.2017.827.2731, que com fundamento no artigo 3º e incisos do Decreto-Lei nº 911, de 1969, julgou procedente o pedido contido na ação de busca e apreensão para declarar rescindido o contrato e consolidar nas mãos da requerente, ora apelada, o domínio, a posse plena e exclusiva do veículo descrito na inicial, qual seja: veículo TOYOTA, modelo: HILUX CD 4x4 - SRV, cor: CINZA, RENAVAN: 00466680007, CHASSI: 8AJFY29GXC8501593, ANO/MODELO 2012/2012, PLACA TO FBN-7285, tornando definitiva a apreensão efetivada anteriormente., bem como condenou o requerido, ora apelante, ao pagamento das custas processuais, da notificação extrajudicial e dos honorários advocatícios, estes fixados no percentual de 15% sobre o valor da causa devidamente atualizada.

Destarte, constata-se que o valor da quota-parte integralizado pelo

cooperado, ora agravante, compõe o capital social da Cooperativa, ou seja, não se encontra na esfera patrimonial daquele. Portanto, não há que se falar em certeza e liquidez do crédito a ser compensado.

Rever tal conclusão esbarra no óbice da Súmula 7 desta Corte.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DUPLICATAS. EXISTÊNCIA DO NEGÓCIO JURÍDICO. CERTEZA, LIQUIDEZ E EXIGIBILIDADE. COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS. NÃO DEMONSTRAÇÃO. VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 368 DO CC E 333, I E II DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A desconstituição das premissas fáticas e probatórias lançadas pela Corte local é vedada em sede de recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 378.079/MG, Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe 05/05/2014)

Outrossim, a compensação ficou condicionada às hipóteses de eliminação ou exclusão do quadro social da credora e ou a critério único e exclusivo da credora, por mútuo acordo, nos termos das cláusulas 13ª e 14ª da Cédula de Crédito Bancário.

Constata-se que a revisão do julgado *a quo* exigiria o revolvimento das cláusulas pactuadas entre as partes, o que não se admite em recurso especial, diante da aplicação da Súmula 5 desta Corte.

Por fim, não cabe a este Tribunal apreciar ofensa a súmula em recurso especial, uma vez que o enunciado de súmula não se insere no conceito de lei federal, previsto no art. 105, II, *a*, da Constituição Federal.

Esse entendimento foi consubstanciado com a edição da Súmula 518 desta Corte que determina: "Para fins do art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula".

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília, 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

